



Número: **0603704-50.2022.6.16.0000**

Classe: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no(a) PCE**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Thiago Paiva dos Santos**

Última distribuição : **13/01/2023**

Assuntos: **Prestação de Contas - De Candidato, Cargo - Deputado Estadual**

Objeto do processo: **Cargo - Deputado Estadual - LEÔNIDAS FAVERO NETO - ELEIÇÕES 2022 - CIDADANIA**

Segredo de Justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
LEONIDAS FAVERO NETO (EMBARGANTE)	
	EDUARDO FIGUEIREDO (ADVOGADO) LUIS HENRIQUE BRAGA MADALENA (ADVOGADO)
ELEICAO 2022 LEONIDAS FAVERO NETO DEPUTADO ESTADUAL (EMBARGANTE)	
	EDUARDO FIGUEIREDO (ADVOGADO) LUIS HENRIQUE BRAGA MADALENA (ADVOGADO)

Outros participantes	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43551482	22/03/2023 17:47	Acórdão	Acórdão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO nº 61.831

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS 0603704-50.2022.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ

Relator: THIAGO PAIVA DOS SANTOS

EMBARGANTE: ELEICAO 2022 LEONIDAS FAVERO NETO DEPUTADO ESTADUAL

ADVOGADO: EDUARDO FIGUEIREDO - OAB/PR86688-A

ADVOGADO: LUIS HENRIQUE BRAGA MADALENA - OAB/PR48454

EMBARGANTE: LEONIDAS FAVERO NETO

ADVOGADO: EDUARDO FIGUEIREDO - OAB/PR86688-A

ADVOGADO: LUIS HENRIQUE BRAGA MADALENA - OAB/PR48454

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral1

EMENTA - ELEIÇÕES 2022. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. CANDIDATO. OMISSÃO. NÃO CONFIGURADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS.

1. A disciplina legal dos embargos de declaração no âmbito eleitoral encontra-se no artigo 275 do Código Eleitoral, que por sua vez remete ao artigo 1.022 do CPC, sendo instrumento apto à correção de vícios de omissão, contradição e/ou obscuridade.

2. Discordância ou insatisfação com o julgamento de mérito da Corte não é questão a ser resolvida pela via dos embargos, de modo que se deve demonstrar que a decisão embargada contém pelo menos um dos vícios elencados.

3. A falta de demonstração de omissão,



contradição ou obscuridade na decisão questionada conduz à rejeição dos embargos de declaração.

4. Embargos de declaração conhecidos e não providos.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu dos embargos de declaração, e, no mérito, rejeitou-os, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 20/03/2023

RELATOR(A) THIAGO PAIVA DOS SANTOS

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração (id. 43498726) opostos por Leonidas Favero Neto em face do acórdão nº 61.724, por meio do qual esta Corte julgou desaprovadas as suas contas relativas às eleições de 2022.

Alega o embargante que haveria omissão no acórdão, uma vez que: a) não teria havido análise do parecer ministerial que opinou pela aprovação com ressalvas; b) o acórdão teria sido *"omisso em relação ao entendimento do TSE em relação a existência de divergências entre as prestações de contas parcial e final, bem como a realização de gastos eleitorais em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informados à época"*.

A Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pelo conhecimento e rejeição dos embargos (id. 43515866).

É o relatório.

VOTO

Admissibilidade

Os embargos são tempestivos, eis que o acórdão embargado foi publicado na sessão do dia 16/12/2022 (id. 43496547) e as razões foram protocoladas em 19/12/2022 (id. 43498726).

Intimada a Procuradoria Regional Eleitoral em 23/01/2023 (id. 43509029), protocolou suas contrarrazões aos embargos tempestivamente em 02/02/2023 (id. 43515866).

Presentes os demais pressupostos de admissibilidade, CONHEÇO dos embargos e das contrarrazões, passando de plano à sua análise.



Mérito

A disciplina legal dos embargos de declaração no âmbito eleitoral encontra-se no artigo 275 do Código Eleitoral, que por sua vez remete ao artigo 1.022 do CPC, que possuem a seguinte redação:

Art. 275. São admissíveis embargos de declaração nas hipóteses previstas no Código de Processo Civil. (Redação dada pela Lei nº 13.105, de 2015).

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:
I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
III - corrigir erro material.

No caso posto a julgamento, o embargante aponta a existência de omissão no acórdão embargado.

Argumenta que o acórdão *"foi omissso na escoreita análise do Parecer Ministerial do Ministério Publico Eleitoral que se manifestou pela aprovação com ressalvas das contas apresentadas, conforme petição*

de ID 43484836" e que *"é igualmente omissso em relação ao entendimento do TSE em relação a existência de divergências entre as prestações de contas parcial e final, bem como a realização de gastos eleitorais em data anterior à data inicial de entrega da prestação de contas parcial, mas não informados à época"*.

Colaciona dois julgados deste Tribunal e um do Tribunal Regional Eleitoral do Pará que, segundo sua ótica, dariam sustentação à tese de que a existência de despesas omitidas na prestação de contas parcial, mas devidamente informadas na prestação de contas final, não impede que a Justiça Eleitoral exerça a fiscalização das contas e se constitui em irregularidade de natureza formal.

Os embargos não prosperam.

A omissão, na acepção do direito processual civil, ocorre quando não há manifestação acerca de questão que foi validamente arguida pela parte e/ou que o órgão julgador deva se pronunciar de ofício.

No Acórdão embargado, esta Corte tratou expressamente das matérias alegadas pelo embargante, tendo constado do voto condutor do acórdão o seguinte:

"(...)

Recentemente, em decisão monocrática proferida no REspEI nº 060071541, que trata justamente da prestação de contas de candidato nas eleições 2020, ficou consignado que:

(...)

Assim, de acordo com a jurisprudência desta Corte, o atraso, por si só, na entrega dos relatórios financeiros, não conduziria necessariamente à desaprovação das contas.

Todavia, o entendimento deste Tribunal acerca da omissão de valores na prestação de contas



parcial, é de que, apenas para as prestações de contas relativas às eleições anteriores a 2020, tal irregularidade não deve ser considerada como apta a prejudicar a transparência e a confiabilidade das contas.

(...)

Assim, na espécie, tendo em vista se tratar de prestação de contas relativas ao pleito de 2020, na linha da jurisprudência desta Corte, a irregularidade atinente à omissão de informações em prestações de contas parciais deve ser considerada grave e suficiente para ensejar, por si só, a desaprovação das contas.

Desse modo, entendo que a irregularidade deve ser mantida.

(...)

[TSE, REspEI nº 060071541/GO, rel. Min. Sergio Silveira Banhos, dec. monocr., DJE 15/06/2022, não destacado no original]

Diante da clara orientação daquela Corte Superior, a partir dos julgamentos das prestações de contas do pleito de 2020, esta Corte Regional tem entendido que "a apresentação intempestiva dos relatórios financeiros de campanha, a entrega das contas parciais com inconsistências, a emissão de recibos eleitorais após a prestação de contas final e as divergências nos valores das doações estimadas feitas pelo partido político e os declarados pelos beneficiários, podem ocasionar prejuízos à correta fiscalização e confiabilidade da prestação, bem como constituir óbice ao acompanhamento da movimentação financeira pelos eleitores" (TRE-PR, REI nº 060039896, rel. Rodrigo Otavio Rodrigues Gomes do Amaral, DJE 19/09/2022, não destacado no original).

Portanto, **concatenando-se os atuais entendimentos acerca da matéria, configurada a irregularidade em razão da omissão de receitas e despesas na prestação de contas parcial, seu impacto deve ser analisado casuisticamente, podendo conduzir à desaprovação das contas quando verificada a gravidade em razão da extensão da falha, pelo valor absoluto envolvido ou pelo impacto percentual nas contas, não bastando para supri-la o lançamento dos dados na prestação de contas final, mormente porque apresentados apenas após o pleito.**

No caso concreto, com base nos valores apurados, evidencia-se que a omissão de receitas na parcial atinge valor que não pode ser considerado diminuto (R\$ 116.433,50) e impacta o percentual de 32,08% do total de gastos realizados (R\$ 362.922,34).

Tem-se, portanto, que **a magnitude desta irregularidade não admite a incidência dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade para fins de evitar a desaprovação.**

Com efeito, o requerente omitiu na prestação de contas parcial as informações relativas à forma como vinha empregando os recursos investidos na sua campanha, dos quais parcela muito significativa é de receitas públicas oriundas do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, como pode ser observado no demonstrativo de id. (43464715).

Em decorrência, os eleitores - principais destinatários dessas informações - votaram sem saber como o candidato conduzia os gastos de sua campanha e, ao mesmo tempo, os demais atores do processo eleitoral, dentre os quais candidatos adversários, partidos, Ministério Público Eleitoral e a própria Justiça Eleitoral, tiveram inviabilizada a fiscalização concomitante, com eventual impedimento para a adoção de medidas contemporâneas de controle e produção antecipada de provas.

Como já exposto, essa irregularidade é grave, pois fere a transparência das contas e, no caso concreto, da gestão de recursos públicos postos à disposição do candidato durante o período de campanha, postergando a sujeição à fiscalização para momento posterior, com as enormes



vantagens que isso propicia do ponto de vista da apuração de irregularidades graves face à exiguidade dos prazos para ajuizamento das ações eleitorais correspondentes.

Além de grave, essa irregularidade é absolutamente insanável pois, ultrapassada a data das eleições, já não há como dar publicidade **prévia** a essas informações, mas apenas posterior.

Nesse cenário e considerando que a irregularidade atingiu expressivos R\$ 116.433,50, que correspondem a 32,08% do total de despesas contratadas, obstando a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, o vício conduz, mesmo tomado de forma individual, à desaprovação das contas.

Assim, **em que pese o parecer ministerial ter se orientado pela aprovação com ressalvas, o caso é de desaprovação das contas, nos termos em que opinou o setor técnico, face ao significativo impacto percentual das omissões, cuja magnitude inviabiliza a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.**

No sentido:

(...)

6. Consoante a jurisprudência desta Corte, a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade em processo de contas condiciona-se a três requisitos cumulativos: a) falhas que não comprometam a hígidez do balanço; b) percentual ou valor inexpressivo do total irregular; c) ausência de má-fé.

7. No caso, a falha é de natureza grave e elevada em termos percentuais (18,16%).

(...) [TSE, AgR no REspEI nº 060570908/SP, rel. Min. Benedito Gonçalves, DJE 18/10/2022]

(...)

5. Na espécie, não são aplicáveis os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista a gravidade da irregularidade e o percentual superior a 10% do total arrecadado na campanha. Precedente.

(...) [TSE, AREspEI nº 060048194/TO, rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJE 23/08/2022]

(...)

4. O entendimento perfilhado está em harmonia com a jurisprudência desse Tribunal Superior no sentido de que "**a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade condiciona-se em regra ao** preenchimento de três requisitos: a) falhas que não comprometam a hígidez do balanço; b) **percentual inferior a 10%** ou valor absoluto irrisório em relação ao total da campanha; c) ausência de má-fé do prestador" (AgR-REspEI nº 121-40/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe de 26.4.2021), o que ensejou a aplicação da Súmula nº 30/TSE, também admissível aos recursos interpostos por afronta à lei (AgR-REspe nº 448-31/PI, Rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 10.8.2018).

(...) [AREspEI nº 060026241/SE, rel. Min. Carlos Horbach, DJE 04/08/2022, não destacado no original]

(...)"

Observa-se nesse excerto do acórdão que entendimento da corte é claramente exposto e fundamentado, abarcando integralmente a matéria controvertida. Especificamente, quanto à omissão na prestação de contas parcial de despesas posteriormente registradas na prestação de contas final, tem-se que ficou claro, ainda que sem o uso do termo, que se tratava de *overruling* adotado pela Corte nestes autos, em consonância com o entendimento adotado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Note-se que a decisão foi fundamentada com precedentes mais recentes que aqueles citados pelo embargante.



No mesmo excerto, verifica-se que expressamente constou que, em razão da fundamentação exposta, não se adotou a opinião exarada pela Procuradoria Regional Eleitoral em seu parecer, no sentido de que se aprovassem as contas com ressalvas.

Assim, verifica-se que não há omissão alguma no acórdão embargado, afigurando-se clara a intenção de se rediscutir a matéria que já foi decidida, o que não se admite em sede de embargos de declaração.

CONCLUSÃO

Ante o exposto CONHEÇO dos embargos de declaração e REJEITO-OS.

THIAGO PAIVA DOS SANTOS
Relator

EXTRATO DA ATA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE CONSTAS ELEITORAIS (1327) Nº 0603704-50.2022.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ - RELATOR: DR. THIAGO PAIVA DOS SANTOS - EMBARGANTE: ELEICAO 2022 LEONIDAS FAVERO NETO DEPUTADO ESTADUAL, LEONIDAS FAVERO NETO - Advogados dos EMBARGANTES: EDUARDO FIGUEIREDO - PR86688-A, LUIS HENRIQUE BRAGA MADALENA - PR48454.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu dos embargos de declaração, e, no mérito, rejeitou-os, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Fernando Wolff Bodziak, Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral, Flavia da Costa Viana, Desembargadora Federal Claudia Cristina Cristofani, Thiago Paiva dos Santos e José Rodrigo Sade. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, substituta em exercício, Eloisa Helena Machado.

SESSÃO DE 20.03.2023.

